

Vellino defende renegociação da dívida com prazos maiores

52

Porto Alegre — “A volta do ingresso de dólares no Brasil, anunciada pelo presidente do Banco de Montreal, William Munholland, não termina com a necessidade de o País partir para uma ampla renegociação de sua dívida externa”, afirmou, em Porto Alegre, o vice-presidente do Grupo Iochpe, Daniel Ioschpe. Também o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Vellino, considerou indispensável uma renegociação com prazos e carência maiores, “o que deve ser iniciado tão logo o Brasil assine o acordo com o FMI, aproveitando o clima favorável existente entre os banqueiros externos”.

Com posição semelhante à do dirigente da CNI, Daniel Ioschpe sugeriu que os recursos anunciados por William Munholland devem ser aplicados prioritariamente no pagamento das parcelas da dívida que vencem este ano e em 1984, “para depois se caminhar para uma renegociação mais ampla, com maior prazo e juros fixos, tanto do principal como parte dos juros”.

Ao insistir na necessidade de uma renegociação ampla da dívida, Daniel Ioschpe afirmou

que o País não superará a recessão se não adquirir os equipamentos e matérias-primas de que necessita no exterior. Acrescentou que a centralização do câmbio no Banco Central, que levou à suspensão de importações, está aumentando o desaquecimento da economia e levando os trabalhadores desempregados a uma situação de desespero, “o que explica os saques a supermercados ocorridos em São Paulo e depois no Rio”.

Já Paulo Vellino não acredita que o Banco Central suspenda a centralização do câmbio após a entrada de recursos, como consequência do acordo com o FMI. Segundo o empresário, “o que vai ocorrer é que numa situação de caixa mais favorável, o Banco Central continuará administrando a receita cambial, mas sem as prioridades existentes agora (petróleo e trigo), o que leva os fornecedores internacionais a se negarem a embarcar produtos necessários ao desenvolvimento interno. Ocorre que, antes da resolução 581, segundo informações da área, os bancos privados cobravam um ágio de até 5 por cento, na remessa de dólares ao exterior, criando uma evasão de divisas”.